

## SAÚDE

# ADSE reforça nas cirurgias menos invasivas

Acertos no regime convencionado vão além dos preços dos partos

ANA SOFIA SANTOS

A última revisão das novas tabelas de preços e regras para o regime convencionado da ADSE, divulgada esta semana, foi cirúrgica. Implicou pouco mais de 130 alterações, quando são milhares as alíneas que norteiam a contratação de serviços de saúde a prestadores privados pelo instituto público. Destes acertos, 66 foram subidas de preços, mas houve também a inclusão de 36 novos atos, em que a larga maioria são técnicas cirúrgicas menos invasivas (usam, sobretudo, a laparoscopia) e meios complementares de diagnóstico mais recentes. As restantes mexidas decorrem da necessária adaptação de regras e de documentos exigidos em alguns.

As novas tabelas entraram em vigor em setembro e, logo, foram alvo de forte contestação, em particular pelos dois maiores grupos de saúde privados — CUF e Luz Saúde —, que recusaram fazer partos sem o preço subir e anunciaram que iriam deixar cair mais acordos com o subsistema público de saúde, onde se consideravam desfavorecidos. A ADSE acedeu a visitar as tabelas, já que o valor dos partos não era mexido há vários anos, e abriu a porta a outros eventuais acertos.

O impacto financeiro desta ‘correção’, com efeitos a partir de janeiro, não é conhecido na totalidade, mas fala-se que o modelo definido até setembro deveria crescer à despesa da ADSE cerca de €12 milhões. Há que ter em conta que os



Maria Manuela Faria, presidente da ADSE, espera ter fechado o dossiê das tabelas de preços. FOTO TIAGO MIRANDA

procedimentos cirúrgicos que passam a estar disponíveis para os beneficiários são, muitos deles, bastante dispendiosos, como é o caso da hemicolecomia (retirar o cólon) por laparoscopia, com um custo

**Há mais operações com recurso à laparoscopia e a introdução de exames de diagnóstico na área da obstetrícia**

para a ADSE de €4450, mais a comparticipação de €1483 a cargo do beneficiário.

No (mediático) caso dos partos, fonte do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública indicou ao jornal *online* “Eco” que a re-

visão terá um impacto anual em torno dos €600 mil. Segundo fonte da ADSE, por ano, o subsistema é chamado a financiar cerca de 1400 partos, dos quais a volta de 90% são cesarianas. O encargo da ADSE com o parto normal foi fixado em €1664,8 em vez dos atuais €1251, e a comparticipação da parturiente passa de €139 para €187,2. Nas cesarianas, o aumento é mais modesto, como forma de desincentivo desta prática sem existir uma razão médica: o subsistema suporta €2575,8, contra €2151, e a carga da beneficiária ficam €286,2, mais €47,2 do que hoje. A obstetrícia é, aliás, uma das áreas em que a ADSE reforçou a resposta, introduzindo, por exemplo, nas tabelas dois exames que não eram convencionados: ecografia obstétrica precoce (menos

de 11 semanas de gravidez) e ecografia obstétrica com fluxo-metria, ambas a custar €32 ao subsistema e €8 à grávida.

A CUF fez saber que, assim, vai manter o acordo com a ADSE nos partos. Na Luz Saúde não existem decisões tomadas, apurou o Expresso. Do lado da direção do subsistema público de saúde, liderada por Maria Manuela Faria, aguarda-se por certezas e aspira-se a que o dossiê fique encerrado, sem mais sobresaltos para os atuais cerca de 1,3 milhões de beneficiários (titulares e familiares, sobretudo descendentes). A atualização das tabelas foi prometida aos privados no início de 2019 pela anterior presidente da ADSE, Sofia Portela, que garantiu a conclusão do trabalho dali a meses. Passaram quase três anos.

Os preços e as regras das convenções careciam de ser revistos na sua globalidade. Além de terem valores desatualizados, não contemplavam a nova geração de exames complementares de diagnóstico nem técnicas cirúrgicas mais evoluídas, mas sobravam dispositivos médicos obsoletos, além de existirem preços abertos nas cirurgias que permitiam aos privados faturarem ao subsistema sem imposição de limite.

Era uma ferramenta ingênuo, opaca, muitas vezes injusta e fonte de uma crescente crispção entre a ADSE e os prestadores. Até que começou a ser posto em causa o acesso a cuidados de saúde pelos beneficiários — os desacordos por causa das tabelas publicadas em setembro motivaram queixas de associados junto da Entidade Reguladora da Saúde. Os trabalhadores do Estado e os reformados de funções públicas descontam 3,5% do valor bruto do vencimento e da pensão, respetivamente, para estarem inscritos na ADSE, o que, em alguns casos, se traduz num pagamento mensal significativo.

As condições do subsistema nivelam-se acima de qualquer seguro de saúde, mas a ADSE só é atrativa porque permite a um em cada oito portugueses não depender do Serviço Nacional de Saúde e tratar-se em unidades sem filas de espera e onde existem serviços diferenciados. Sem os privados, não funciona. O mesmo é válido para os prestadores: prescindir da ADSE implica perder muitos clientes e uma receita importante.

assantos@expresso.imprensa.pt

## MOBILIDADE

## CaetanoBus prepara revolução com investimento de €35,3 milhões

**Empresa tem uma mão cheia de novos projetos para a área da mobilidade elétrica e vai ter duas linhas de produção**

A CaetanoBus vai investir 35,3 milhões de euros até ao final da década com o foco na mobilidade elétrica. Presente nos segmentos dos autocarros de aeroporto, turismo e urbanos, a empresa liderada pelo grupo Salvador Caetano espera multiplicar por quatro as vendas até 2025, com os autocarros elétricos e a hidrogénio como protagonistas.

“A linha de produção de Gaia, vamos juntar uma nova linha em Ovar”, diz ao Expresso o presidente da CaetanoBus e da Toyota Caetano Portugal, José Ramos, antecipando “uma verdadeira revolução na oferta”, uma vez que em 2019, 90% dos 657 autocarros vendidos em 100 países eram a diesel.

Os constrangimentos impostos pela pandemia ditaram uma quebra na produção para as 208 unidades este ano, acompanhada de uma descida no volume de negócios dos 98 milhões de euros para os 47 milhões em dois anos. No entanto, em 2025, José Ramos espera estar a produzir

2500 autocarros e a faturar 340 milhões de euros.

Depois de investir 10 milhões de euros na última década na mobilidade elétrica, com apostas na engenharia e no arranque da produção de chassis próprios para juntar às carroçarias do grupo, o objetivo, agora, passa pelo desenvolvimento de novos produtos, dos grandes autocarros articulados, a lançar em 2023, aos intercidades a hidrogénio ou aos camiões de recolha de lixo. Em agenda está, também, a exportação de chassis para o Brasil.

Para sustentar esta estratégia de expansão e desenvolvimento

enquadrada nas metas de redução da pegada de carbono, a Toyota Caetano Portugal, que junta os grupos Salvador Caetano (maioritário) e Toyota, anunciou esta semana uma injeção de 15 milhões de euros no capital da CaetanoBus com os japoneses da Mitsui & Co, na proporção das respetivas participações (62% e 38%). Para o próximo ano, planeia mais uma injeção de 10 milhões de euros.

Com 60% dos trabalhadores do setor produtivo ainda em *lay-off*, o grupo dá, assim, um sinal de confiança no futuro. “Acredito que o país tem condições para ser uma referência neste sector”, afirma José Ramos, defensor de “um pacto de regime à volta da questão ambiental”, de forma a reduzir o risco de quem investe “ver uma mudança política alterar as regras do jogo em que os planos assentaram”.

O empresário não hesita também em apontar o dedo às opções do Estado na hora de ir às compras e à política europeia de importação de países terceiros. “Há muita concorrência desleal de empresas de países que não cumprem as mesmas obrigações sociais”, justifica. Contra “o pecado português de comprar na Ásia”, defende que a produção nacional e as questões ambientais e sociais “deviam estar acauteladas nas compras do Estado”. “Não reivindicamos que todos os autocarros sejam feitos por nós, mas é razoável pedir que sejam comprados a quem tem de cumprir as mesmas regras”, sustenta antes de elencar compras recentes de empresas de transporte lusas à China e à Turquia.

MARGARIDA CARDOSO  
mcardoso@expresso.imprensa.pt

## DIGITAL

## Regras poderão apertar para gigantes da internet

**Regulamento dos mercados digitais foi aprovado e prevê coimas até 20% da faturação dos gigantes da net**

Se depender da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, os gigantes da internet vão mesmo passar a ter regras antimonopolistas bem mais apertadas. Confirmada a aprovação em Estrasburgo na passada quarta-feira, a proposta de Regulamento dos Mercados Digitais segue agora para as negociações com o Conselho da UE, que reúne representantes dos Governos dos Estados-membros. O Governo francês, que assume a presidência da UE em janeiro, já fez saber que vai dar prioridade aos dossiês da economia digital. O que leva a crer que a redação final do Digital Market Act fique “fechada” ainda em 2022. Resta saber que alterações serão introduzidas nos próximos meses.

O texto aprovado no Parlamento Europeu apenas se aplica a empresas com faturações anuais superiores a €8 mil milhões, que operam em mais de três Estados-membros e são usadas por 45 milhões de pessoas ou 10 mil clientes empresariais. A proposta obriga

as grandes plataformas a abrir portas à concorrência e impede práticas abusivas dos mercados digitais face às empresas que os usam. Tanto fusões como aquisições agressivas passam a ser alvo de escrutínio. A possibilidade de desinstalação de *apps* e o uso de dados pessoais mediante consentimento deverão tornar-se regra. Os infratores arriscam-se a coimas de 4% a 20% da faturação.

Numa posição preliminar, o Conselho da UE deu mostras de querer melhorar os critérios que definem quais as plataformas abrangidas pela nova legislação. Os representantes dos Estados-membros também aceitam que a Comissão tenha o protagonismo na aplicação do regulamento e sanções, mas defendem um reforço das autoridades nacionais. E esse poderá ser um dos pontos com maior potencial de fricção.

**Proposta forte e vazio legal**

Carlos Zorrinho, eurodeputado socialista, acredita que a proposta vai chegar ao Conselho em “posição forte de negociação”. E recorda que a proposta contou com 642 votos a favor. Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD, tem opinião

similar e sublinha que os oito votos contra são individuais e não de bancadas parlamentares. “Acho que o Conselho vai aceitar a proposta”, diz.

A eurodeputada considera que a nova legislação pode preencher um vazio, com regras específicas para os mercados digitais — à semelhança do que acontece nas telecomunicações ou na energia. “Consumidores e entidades passam a poder recorrer mais facilmente aos tribunais se se sentirem lesados”, acrescenta.

Apesar da potencial facilidade de acesso à Justiça, Carlos Zorrinho lembra que, tal como está, o regulamento promove uma mudança de paradigma. “Passamos de uma regulação baseada nas autoridades dos Estados para uma regulação que põe as raposas a guardar o galinheiro, mas com uma grande diferença: é que, desta vez, as raposas sabem que vão morrer à fome se não tiverem galinhas para guardar”, prevê.

O futuro regulamento é europeu, mas Google, Amazon, Facebook ou Apple são as principais visadas. O que pode levantar questões diplomáticas ou servir de exemplo para trabalhos em curso em Washington. Maria da Graça Carvalho, membro da delegação parlamentar de ligação entre UE e EUA, garante que do outro lado do Atlântico há preocupações similares. “Há grande abertura da Administração Biden para a cooperação na área das energias verdes e das tecnologias. Há um interesse em criar uma base de entendimento comum em torno de *standards* técnicos, regras de mercado e princípios éticos”, conclui a eurodeputada.

HUGO SÉNECA  
economia@expresso.imprensa.pt